

# O Sexo dos Anjos

O governo federal anuncia que já no próximo ano letivo os alunos das escolas brasileiras terão 200 dias de aula, ao invés dos 180 até então. Alinha-se assim o Brasil, pelo menos quantitativamente, com os países desenvolvidos, que procuram não só melhorar a qualidade do ensino, mas também reter suas crianças na escola.

No entanto, no mesmo instante em que o país dá um pequeno mas importante passo à frente na política de educação, o sistema inteiro se vê abalado pela polêmica das mensalidades escolares que parece tomar quase todo o tempo das autoridades educacionais, desde o ministro da Educação, lá em cima, até a mais humilde escola interiorana. A dicotomia escola pública-escola particular treme em uma de suas bases, a escola particular, abalada por uma discussão impressionante sobre o sexo dos anjos, como se a questão da mensalidade fosse de fato a coisa mais importante do ensino, enquanto a escola pública passa por fase de decadência e retrocesso.

No meio de tudo está o aluno, alienado por uma discussão que se aparenta eterna e nem ao menos leva em consideração o seu destino — foco principal do ensino. Tão apressado está o ministério em implantar o plano dos duzentos dias, para ser aplicado já em fevereiro, que ainda não resolveu uma questão paralela. De fato, o aluno brasileiro terá a mesma quantidade de dias de aulas dos alunos da Inglaterra e do Japão, mas não a mesma carga horária: as atuais 25 horas de aula semanais deveriam pular para mais de trinta.

Mas quando se pensa em educação e ao mesmo tempo em progresso nacional, não se pode deixar de pensar como o professor Paul Kennedy que afirmou, no seu livro *Ascensão e queda das grandes potências*, que a superação do atraso em qualquer país está

condicionada a quatro grandes fatores, dos quais o primeiro é o sistema de ensino (e os outros a poupança, a ação política e social, e a sua posição geográfica). Lembrou o professor Kennedy que a Coreia do Sul e Formosa, países que avançaram, têm uma grande e eficiente rede de ensino público. Um garoto coreano de dezesseis anos sabe mais matemática do que um americano de vinte.

No Brasil, os índices de evasão escolar são impressionantes e em algumas universidades determinados cursos estão prestes a se extinguir por falta de alunos. Milhões de crianças fora da escola completam o panorama. A este quadro decadente não está alheia a desqualificação do professor do ensino público, que se completa com a não menor desqualificação do professor de um ensino particular comprometido com a crise financeira que o abala e não pode pagar salário dentro de critérios de qualidade, como seria de esperar.

Tudo o que aumenta em quantidade perde em qualidade, como atesta a extraordinária repetência que começa já na primeira série do primeiro grau. Diante das horas que os alunos dos países desenvolvidos passam nas escolas, e da qualidade de ensino, o Brasil só ganha mesmo em número de burocratas por aluno.

O inchaço da rede pública se realizou à custa da qualidade. Centenas de milhares de professores estão fora da sala de aula, em funções burocráticas, enquanto se agrava o fenômeno incorrigível da escola que nada produz e tudo copia. Não há professores atualizados, muito menos alunos atualizados. Tudo assim é de segunda mão e é dentro desta perspectiva que o aumento do número de dias de aula precisa ser bem dimensionado para não agravar o problema.